

Classes populares

Modulação e singularização das orientações socioeconômicas

Thiago Panica Pontes¹

Chaque chose sur laquelle l'homme concentre son regard, son action ou son jugement se détache du tout qui l'environne et qui est perçu par l'homme comme arrière-plan indéterminé ou comme connexion imaginaire. Cependant, l'homme ne perçoit jamais une chose particulière de manière tout à fait isolée et unique; mais il la situe toujours dans l'horizon d'un ensemble donné, le plus souvent inexprimé et conçu implicitement. Chaque objet perçu, observé ou élaboré par l'homme fait partie intégrante d'un tout. Or, ce tout perçu implicitement est la lumière, qui éclaire et révèle l'objet particulier dans sa singularité et sa signification. (Karel Kosik, *La dialectique du concret*, p. 13)

INTRODUÇÃO

Neste artigo, argumentamos que *a adequada compreensão das orientações e práticas socioeconômicas manifestas por agentes das classes populares* (o modo de inserção no mercado de trabalho, as formas de gestão dos recursos econômicos, os investimentos

¹ Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

em ativos de qualificação, etc.) pressupõe a superação – teoricamente consciente de si e investigativamente prolongada através do estabelecimento de dispositivos metodológicos – do artificial antagonismo entre duas perspectivas, antagonismo que encerra na verdade o compartilhamento tácito de uma visão unilateral dos fenômenos sociais de um ponto de vista para nós pertinente. Com efeito, em um primeiro momento, a busca por uma hermenêutica dos horizontes e projetos econômicos populares (a busca pela formação de um patrimônio familiar, o investimento escolar de si ou extensível aos filhos, o sentido que assumem determinadas escolhas, adesões e mobilidades ocupacionais – utilitarismo, vocação, dever, fruição, etc.) e de seu vetor (declinante, reprodutivo, ascensional) demandam o delineamento das condições histórico-estruturais de sua composição, tais como: o dinamismo da morfologia ocupacional, sua vinculação central ou (semi)periférica à economia mundializada – na medida em que isto impacta na estrutura econômico-funcional de cada país –, as taxas de associação entre origem e destino ocupacional prevaletentes entre as frações populares, o volume de recursos econômicos, a expansão concentrada do capital cultural favorecendo a inflação de diplomas, etc.. Em um segundo momento, contudo, é preciso analisar também a fisionomia que esta ênfase sistêmica e objetiva assume na estruturação subjetiva dos agentes em questão. Nesta mudança de escala investigativa, perceberemos que a condição popular, seja ela central ou periférica, se modula por meio de um feixe de experiências socializantes enquanto esferas de subjetivação relativamente autônomas cujo entrelaçamento existencial produz não somente a multideterminação de sua condição como, no mesmo processo, a singularidade de suas orientações socioeconômicas.

CLASSES SOCIAIS E (DIS)SENSO COMUM ACADÊMICO: A PSEUDODICOTOMIA ENTRE GENERALIDADE E SINGULARIDADE

A semântica predominante em praticamente toda e qualquer abordagem acerca do problema das classes, quer em sua crítica ou sua defesa conceitual e independente do modo como se realize, pressupõe como parâmetro uma maior ou menor homogeneização das condições existenciais. Tudo se passa como se, por um lado, o *locus* ocupado no sistema econômico (cada vez mais definível, para a imensa maioria da população mundial, em termos de sua inserção em uma estrutura ocupacional, sua hierarquia de status ou prestígio assim como suas respectivas probabilidades de mobilidade intergeracional entre as distintas categorias socioprofissionais); ou a posição em múltiplos campos de relações diferenciais de poder e prestígio em função da natureza, volume e da composição de capitais em jogo (principalmente econômico e cultural em suas diversas subespécies, as outras formas lhes estando subordinadas); ou o simples nível de rendimentos (subdividindo a população em determinadas faixas entre as quais os indivíduos circulariam no tempo); em outras palavras, como se as propriedades “objetivas” além de todas as tradições culturais e político-associativas correspondentes, ensejassem as condições de possibilidade de formação de uma (cultura de) classe, esta subentendida como uma espécie de matriz gerativa homogeneizante cujo poder se intensificaria ou atenuaria conforme os tempos e lugares em questão. Por outro lado e em proporção inversa, as coisas se passariam de modo tal que, ainda nos termos deste debate, as reconfigurações históricas contemporâneas (a descentralização produtiva associada à intensificação do processo de mundialização sob hegemonia da forma financeirizada de capital; as no-

vas tecnologias da informação e a emergência de modalidades organizacionais em “rede”; as demandas por flexibilidade e polivalência no mercado de trabalho com aprofundamento de sua competitividade e da fragmentação entre seus quadros mais ou menos qualificados, com a subsequente maior vulnerabilidade e instabilidade ocupacional para os últimos, majoritários; expansão absoluta e proporcional do setor terciário da economia mundial – atingindo também seus países periféricos – em detrimento do primário e do industrial, em termos de produto e população ocupada; as novas formas de manifestação cultural e expressão política cuja fundamentação se pluraliza através de novos enquadramentos étnicos, de gênero, religiosos, ecológicos, etc., etc.) tenderiam a dissolver aquelas condições objetivas e sua (suposta) forma centralizada de conflito em múltiplas e mais ou menos autônomas estratificações (de gênero, étnica e “racial”, política, econômica, informacional – os “analfabetos digitais” –, urbana, etc.).² Assim, consoante a tais modificações

² É assim que, discutindo o que chama de “desigualdades múltiplas” como tendência imanente às sociedades “pós-industriais” em sua “desintegração” funcional e sistêmica, François Dubet defende que “a fragmentação da estratificação e o *cracking* cultural multiplicam os critérios de definição das desigualdades e de cada posição social. Enquanto a estrutura de classes enquadrava as desigualdades em um conjunto relativamente estável e legível, nós entramos em um sistema de desigualdades múltiplas. Múltiplas no sentido em que os padrões de medida das desigualdades são cada vez mais numerosos. A classe social agregava as desigualdades entorno do trabalho e de uma condição, as desigualdades hoje se difratam sobre uma série de índices e indicadores mais ou menos coerentes. Desigualdades múltiplas também na medida em que cada um de nós se define por uma pluralidade de registros e cristaliza diversas características sociais mais ou menos desiguais e mais ou menos congruentes entre si.” (2009, p. 69, esta e todas as traduções subsequentes são minhas) Se ao menos Dubet possui a lucidez histórica em não generalizar sua (absolutamente problemática e unilateral) análise para além da França, o mesmo não pode ser dito acerca de inúmeros outros autores cujo superficial ensaísmo é com frequência acriticamente importado e reproduzido nos países periféricos.

Cadernos do Sociofilo

históricas contemporâneas, nos encontraríamos em configurações societárias cujos engajamentos associativos se diversificariam, as modalidades de comunicação se multiplicariam, e onde as condutas individuais se apresentariam como cada vez menos interpretáveis a partir da referência aos escopos ‘tradicionalmente’ considerados (nacionalidade, origem social, ocupação, gênero, etc.). Por conseguinte, tornar-se-ia, pelo próprio movimento das forças históricas objetivas (no sentido de transcendentais a cada sujeito em particular), cada vez mais apropriado o falar-se em singularizações e individualizações e, como corolário, o aprofundamento de “sociologias do indivíduo”, um programa estipulado até mesmo como teleologicamente latente nos primórdios da própria disciplina. (Martuccelli; Singly, 2009) Restaria aos investigadores da generalidade em decomposição argumentar e demonstrar a perduração – não obstante o reconhecimento de importantes mudanças – de aspectos que tenderiam, em probabilidade maior ou menor, a *ainda* diferenciar os destinos individuais em função de sua origem social.³

³ Para uma argumentação versando sobre a “contínua relevância” de uma abordagem e de um programa de pesquisas em termos de classes sociais estruturalmente definidas como explicação cientificamente pertinente de comportamentos em sociedades contemporâneas cf. J. Goldthorpe e G. Marshall (1997). Nesta exposição são demonstradas a permanência do poder explicativo envolvendo taxas diferenciais de mobilidade conforme a origem social; o aumento da escolarização, não como dissolvendo mas se vinculando às classes pela sua capitalização diferencial assim como por um novo reforço do peso da origem social face a igualdade (ou inflação) de diplomas; ou ainda é esclarecido o “mito” da tendência supostamente unilateral ao declínio da associação entre classes e mobilização político-partidária como leitura liberal e espontaneísta, ao que se sugere como alternativa a ênfase na historicidade (oscilante e variável) como fator de alternância desta associação. Durante todo o século XX, inclusive na atualidade, segundo os autores “o que se revela é uma notável persistência de desigualdades vinculadas à classe e de padrões diferenciais de ação social em função da classe, inclusive em períodos envolvendo rápidas mudanças no nível da estrutura econômica, das instituições sociais, e das conjunturas políticas.”

As abordagens que de algum modo tratassem de classes, caso *ainda* possuíssem algum poder explicativo, o fariam não mais sob o aspecto de uma essência a sobredeterminar todos ou um grande leque de comportamentos da vida social (opiniões políticas, filiações religiosas, práticas culturais, visões de mundo, etc.), devendo naturalmente abdicar do monopólio explicativo sobre o espaço socioexperencial com suas mencionadas formas emergentes e relativamente autônomas de estratificação, sociabilidades, grupos de pertencimento, exigências institucionais, formas múltiplas de construção identitária e adesões políticas, requisitos ocupacionais mutáveis e flexíveis, etc. Destarte, o que se revela neste debate mais ou menos explícito ou difuso conforme o autor ou tema em foco é o fato de que, subjacente a um aparente dissenso, *suas premissas são compartilhadas de modo não-problemático* e reforçam, por sua oposição, uma espécie de *senso comum acadêmico*; em questão estaria apenas em qual ponto da controvérsia se situar dentro de um espectro pré-definido de posicionamentos possíveis.

Ora, mas são as premissas mesmas que aqui recusamos. Se considerarmos as classes sociais em geral e populares em particular da perspectiva de sua *multideterminação existencial*, passaremos a dispor de elementos suficientes para não nos determos em uma pseudodicotomia nos termos da qual, ao polo dos enquadramentos institucionais clássicos, supostas matrizes gerativas de homogeneidade, opor-se-ia uma teleologia individualizante em que agentes singulares, primordialmente autodeeterminados, possuiriam suas condutas cada vez menos atribuíveis (ou simplesmente interpretáveis por referência) a sua ori-

(Ibid., p. 61) Para posições semelhantes, i.e. da argumentação acerca da contínua pertinência do recurso ao conceito de classes não obstante as transformações – ou úteis a sua própria compreensão – no último quarto do século XX cf. entre muitos outros Beynon (1995, 1997), Schwartz (2009), Scott (2002).

Cadernos do Sociofilo

gem social, sua inserção ocupacional (já que múltipla e instável), gênero, etc. Se sublinharmos que tão importante quanto vislumbrar a complexidade constitutiva dos meios populares e de suas condutas socioeconômicas, as orientações normativas e volitivas nelas inscritas, está a consideração teórico-metodológica do caráter *estruturante* desta multideterminação – a maneira como se *conjugam* em uma mesma subjetividade e sua orientação de conduta –, evitaremos mais uma manifestação da anacrônica embora recorrente oposição indivíduo X sociedade, o primeiro como progressivamente emancipado da segunda, como se estivéssemos diante de duas ‘substâncias’ atomisticamente reificadas. Segundo N. Elias, “é tacitamente reconhecido [...] que é ‘social’ aquilo que em todos os homens é ‘idêntico’, enquanto o que possuem de ‘particular’, aquilo que faz de cada um dentre eles um ser original, diferente de todos os outros homens, numa palavra, uma individualidade mais ou menos notável, seria, nos satisfazemos em crer, um elemento extra-social ao qual emprestamos, sem muito refletir e deixando no mais das vezes as coisas bastante vagas, uma origem natural ou biológica ou uma origem metafísica, conforme o caso. O pensamento e a observação não prosseguem para além daí.” (1991, p. 98) E, visando estabelecer nossa problemática para além dos termos simplistas com que se apresenta o conteúdo de tal argumentação em que as mencionadas configurações societárias contemporâneas – os países centrais à guisa de ‘vanguarda’ daquilo que se propagaria em distintas variações nas (letárgicas) regiões periféricas – tenderiam a engendrar uma maior ou menor desidentificação intergeracional, desenraizamento dos laços comunitário-locais e pluralização (ou descentramento) individualizante da experiência, desta forma solapando o (residual) potencial explicativo das tradicionais “variáveis de classe” (e.g. ocupação paterna e atual, rendimentos,

nível de diploma) perante as práticas (políticas, culturais, religiosas, associativas, econômicas), podemos lembrar que “a forma de comando psíquico do comportamento de um indivíduo é, do próprio fato de haver crescido no seio de um certo grupo – pensemos somente em sua língua materna –, absolutamente ‘típica’ deste grupo, e ela é ao mesmo tempo, do fato de haver crescido ocupando uma posição relacional única na rede de sua sociedade, absolutamente individual, uma versão única deste caráter ‘típico’”. (Ibid., p. 102) É somente, e tão somente, por meio desta condição – sem a qual sua individualidade não seria senão esboços de uma animalidade incompleta – que cada ser humano adquire seu caráter singular, único e distinto de todos os outros, inclusive de cada um no interior de seu próprio grupo social. Com efeito, aquilo que Elias fala relativamente à sociedade em geral destacamos no tocante às classes de condições existenciais, i.e. que ela “[...] *não é somente o fator de caracterização e de uniformização, ela é também o fator de individualização*”. (Ibid., p. 103, grifos no original) Evidentemente, não se trata de secundarizar ou subestimar a importância da multiplicação das injunções estruturais e culturais, inclusive no seio das sociedades periféricas. É precisamente o contrário que se passa e visamos compreendê-las em toda sua intensidade naquilo que impactam em nossa perspectiva. Portanto, o que se faz necessário como única maneira de *objetivar sociologicamente a plurivocidade das orientações e projetos socioeconômicos dos meios populares, quer dizer enquanto simultaneamente plurívocos e populares porque multideterminados*, é ultrapassar o superficial antagonismo entre: i) classes como (necessariamente produtoras de) generalidade e ii) indivíduos como lhes opondo sua singularidade, ou talvez “autenticidade”, pressuposto simploriamente presente em diversas problematizações dos fenômenos históricos, como se aos maligno-maquínicos móveis anônimos e im-

Cadernos do Sociofilo

peçoais, suas engrenagens sistêmicas, se antepusesse uma heróica força associal, infinita, romântica, irreduzível... Distintamente desta versão caricaturalmente primitiva das ciências do homem – cuja recorrência é tributável em grande parte a sua facilidade intelectual – é mister sublinhar que nas manifestações históricas em geral, e naquilo que estamos enfocando como condições existenciais diferenciais em particular, só é possível haver generalidades (instituições, grupos, modalidades de conduta, religiosidades, etc.) ou, se preferirmos, os fatos sociais objetivos, impessoais e ascendentes durkheimianos, concretizados ou efetivados de modo irreproduzível e contingente, absolutamente único, o que equivale a dizer, embora de outro modo, que não há processo de subjetivação que não se constitua, em seu próprio vir a ser, por meio de historicidade, impessoalidade e objetividade interiorizadas. É preciso simplesmente reconhecer que estamos diante de *dois olhares* acerca dos “fatos” do mundo social, duas ênfases distintas, porém cuja aparente oposição apenas pode resultar de um ingênuo e sub-reptício deslize que substancializa a linguagem das coisas em coisas mesmas. É desta maneira que R. Hoggart pôde, com riqueza de detalhes, descrever ambos os aspectos, geral e particular ou – em outro registro – ‘macro’ ou ‘micro’, do estilo de vida da *working class* inglesa nos bairros operários das primeiras décadas do séc.XX, de modo complementar. Ao se referir ao “senso do particular” e “o gosto do concreto” que caracterizam sua conduta, compara: “os outros fazem ou despendem dinheiro, se cultivam ou buscam o saber. A vida das classes populares, se desejássemos resumi-la em uma frase, é uma vida densa e concreta, onde a ênfase é colocada sobre o senso de intimidade, o valor do grupo doméstico e o gosto dos prazeres imediatos. Se trata, sem dúvida, de um sistema de valores característicos das classes populares do mundo inteiro.” (1970, p. 151) Por outro

lado, desta vez aproximando a lente para outro nível descritivo, o autor ressalta a sinestesia constitutiva da experiência e da memória dos bairros populares: da vizinhança com suas *variações próprias de luminosidade* nas construções e residências ou por entre as brumas de inverno; os *odores* característicos (agradáveis como o peixe frito, peculiares como os cosméticos baratos das irmãs preparando-se para uma ‘saída’ ou desagradáveis como a onipresente urina de gato, os animais também cointegrando a vida do bairro); as *sonoridades* (emissões de rádios, conversas, risos, discussões); os *diversos paladares* (indissociáveis das lembranças das companhias nas refeições ou ainda dos ‘lanches’ digeridos na contemplativa caminhada pelas ruas do bairro), todo um leque inesgotável de *microexperiências* componentes da densidade existencial da vida comunitário-vicinal (Ibid., p. 105-108), inscrevendo-se diferencialmente nas memórias de todos e de cada um de forma que, ao mesmo tempo em que constitui um mundo experiencial e sensório-afetivo comum a seus membros relacionalmente distinto da mesma complexidade própria às outras camadas sociais, podemos vislumbrar o quanto singulariza cada um pela infinitude de sua combinação mesma. Desta forma, condições de existência compartilhadas ‘em geral’ por determinados indivíduos se lhes apresentam, não obstante, com feições e mediações únicas, a partir de múltiplas combinações interativas e experienciais infinitesimais pelas quais estes mesmos indivíduos se tornam, inevitavelmente, sempre relativamente representantes de seu grupo e relativamente singulares, predomínio a ser conferido em função da *perspectiva* que, explícita ou tacitamente, adotamos. Nas palavras de Lahire, “poderíamos afirmar que a ‘época’ ou o ‘espírito do tempo’ nada explicam e não compelem ninguém ou que, em todo caso, supondo que pudéssemos defini-los com um pouco mais de precisão, eles não constringem a todo mundo da

Cadernos do Sociofilo

mesma maneira, pois todo mundo não vive ou não se apropria da 'época' ou do 'ar do tempo' em questão da mesma forma em função de sua situação no mundo social e de suas experiências incorporadas sob a forma de disposições a ver, sentir, e a agir de uma certa maneira. *São portanto sempre refratados, reapropriados e modulados que os elementos os mais gerais de um contexto histórico produzem efeitos em tal ou qual indivíduo singular.*" (2010, p. 74-75, grifos nossos) Por conseguinte, se por um lado é importante sublinhar que as condições existenciais engendram a) uma relativa homogeneização das condutas, aspirações e horizontes de possibilidades (com camadas de recursos escassos econômicos e culturais relacionalmente estratificadas, probabilidades de mobilidade ocupacional que aproximam o destino vivido entre indivíduos de uma mesma origem tanto quanto os afastam das chances relativas comparativamente aos outros estratos sociais, propriedades objetivas concretamente flexionadas através de um amalgama pelo qual se encontram infusas e coalescidas com uma gama infinita de outros atributos como cor, religiosidade, gênero, etc. a partir dos quais somente os interesses da investigação podem selecionar o que se torna ou não pertinente objetivar), em outras palavras, uma relativa homogeneização dos *projetos* que orientam (enquanto condição de compreensão de) toda e qualquer ação econômica em particular, de outro lado, no entanto sem que haja contradição na medida em que se trata da indiscernibilidade inerente às coisas do mundo social, no interior deste movimento estas mesmas condições são b) *singularizantes* destes mesmos projetos através das inevitáveis modulações por que se manifestam aos agentes sociais, estrutural e fenomenicamente.

MÚLTIPLAS SOCIALIZAÇÕES COMO DISPOSITIVO MEDIADOR: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS “VARIÁVEIS” PERTINENTES E SEUS PONTOS FOCALIS

Por tudo o que dissemos, é indissociavelmente teórica e metodológica a importância que pode assumir o recurso a uma concepção de *múltiplas socializações* (Lahire, 2001, 2002, 2013; Parsons, 1951a, 1951b; Darmon, 2006), conquanto associadas a todo um conjunto fenomênico de microexperiências institucionalmente irreduzíveis porém da mesma forma atuantes na conformação das trajetórias populares. Isto em razão de operarem como *dispositivo de mediação* entre, de uma parte, as classes de condições existenciais em toda sua historicamente inalienável multideterminação, assim como, por outra, a composição de condutas socioeconômicas (como a construção de projetos ascensionais) em sua singularidade. Não se trata da transposição para as ciências do homem de qualquer concepção simplista de causalidade – como se operássemos uma espécie mal-formulada de mecânica social para a explicação das condutas humanas; antes reafirmaremos que em pauta estão *dois olhares* que relevam, acreditamos de modo complementar, duas dimensões da realidade social ou, se preferirmos, *escalas de análise* (Levi, 1989; Revel, 1998; Lepetit, 1993; Lahire, 2010) cuja passagem de uma à outra (que operaremos regularmente, mas conscientes de tal procedimento) é *condição de sua compreensão recíproca*. Assim, a partir destes aportes e com o intuito de balizar metodologicamente as questões por nós levantadas, prosseguiremos à *reconstrução* de determinadas variáveis clássicas para os estudos de mobilidade, além de acrescentarmos-lhes outras que, defenderemos, são de irrecusável relevância. Nosso objetivo consiste em estabelecer que, ao mesmo tempo em que elas habilitam a objetivação de um tecido relacionalmente estratificado,

Cadernos do Sociofilo

em seu modo de ser tendendo a aproximar determinadas trajetórias na proporção de seu distanciamento de outras (e.g. as distintas probabilidades de destinos ocupacionais com seus respectivos níveis de recursos econômicos e culturais, a possibilidade de uma determinada conformação patrimonial, expectativas e anseios prospectivos diversamente orientados) conforme compartilhem ou não de determinadas propriedades (em termos de origem social, posição na estrutura ocupacional, volume e composição dos ativos escassos, etc.) tanto consideradas em si como por seu permanente impacto na conformação da estrutura subjetiva, *pari passu*, se enfocadas e retrabalhadas de modo alternativo se bem que complementar, principalmente quando conjugadas com outras camadas intersubjetivas e experienciais com as quais estão existencialmente entretecidas, então, estas mesmas variáveis clássicas possibilitam, também, a reconstrução das *modalidades de singularização inerentes à conformação de cada agenciamento socioeconômico* isto é, o fazem mesmo (ou justamente quando) consideradas nos termos daquelas mesmas variáveis pelas quais antes apenas objetivávamos probabilidades, recursos diferenciais, trajetórias modais, enfim *enfocávamos* generalidade e homogeneidade. Analisemos como:

“Variáveis” decompostas em novos pontos focais

Obs.: os itens ‘a)’ dizem respeito às utilizações tradicionais das referidas variáveis, enquanto os itens ‘b)’ remetem a novos *pontos focais* em seu interior. Estes últimos, longe de contradizer as abordagens anteriores, visam enriquecê-las em uma nova visão de conjunto. É também por esta razão que, em seguida, são acrescentados os fatores 5 e 6. Desnecessário lembrar, por tudo o que dissemos, que cada um destes fatores extrai sua força de atuação não de si,

analiticamente, e sim da intrínseca relação com cada um, e cada um por meio de todos os outros, *existencialmente*.

Variáveis de base: i) sexo, ii) idade, iii) cor: cada um destes fatores, todos portadores de pautas sociológicas específicas por enfeixarem uma gama de demandas, expectativas, aspirações e relações de poder particulares, aliás assim como todos os outros elementos pertinentes listados à seguir também irredutíveis a uma única forma de abordagem, será contudo reconstruído *em função de nossa perspectiva*, i.e. em conjunção com eles, no estatuto de seus refratores. Constituem mais um importante aspecto modular que contribui no efeito combinado de todas as outras “variáveis”, no sentido de base histórico-existencial da qual são todas indícios-simplificações.

1. Origem social, enquanto: a) propriedades objetivas (e.g. indicadas pela ocupação paterna) / b) composição intrafamiliar, comunitário-vicinal e regional quanto a maior ou menor heterogeneidade interna de instâncias socializantes;

2. Nível de diploma, enquanto: a) capital cultural / b) experiência institucional escolar;

3. Volume de recursos econômicos, enquanto: a) capital econômico / b) impacto experiencial na estrutura subjetiva;

4. Ocupação, enquanto: a) posição relacionalmente estratificada no sistema econômico / b) experiência vivida no mundo do trabalho;

5. Outras esferas de sociabilidade (conjugal, amistosa, religiosa, associativa, sindical, política, as práticas culturais associadas às novas tecnologias “em rede”, etc.);

6. Eventos enquanto marcos biográficos, e o recurso socioreflexivo ao ‘trabalho sobre si’.

1. Qualquer constatação estatística de que uma mesma *origem social* (do ponto de vista da ocupação paterna, ainda se diferenciarmos no interior de uma mesma ocupação os efeitos variáveis conforme a escolaridade e o capital econômico) tende a

Cadernos do Sociofilo

aproximar probabilisticamente os destinos ocupacionais não pode ignorar-se enquanto construção analítica macromodelizante que opera enquanto sintoma abstraído de uma realidade que, ao ser reconstruída do ponto de vista da experiência vivida dos agentes sociais, revela injunções, espaços interativos, esferas de sociabilidade e de produção de sentidos, expectativas e anseios que tornam estes mesmos indivíduos, comparados a todos os outros que compartilham daquele mesmo 'destino', detentores de uma conduta que pode ser caracterizada como "excepcional normal" (Revel, 1998), não a despeito de sua origem mas, ao contrário, exatamente *por meio dela*, ou melhor através da multiplicidade de suas interações portadoras, cada uma, de camadas experienciais e significantes polissêmicas, "excepcionalidade" e "normalidade" portanto que variam e são ressaltadas dependendo do modo como esta "variável" é enfocada pelo pesquisador. Este compartilhamento de uma mesma posição de origem, da qual a categoria ocupacional paterna se propõe a ser indício, não é *per se* causalmente eficaz (pouco importando os índices de associação estatística entre 'origem' e 'destino' ocupacionais) porquanto não existe *in abstracto* e sim concretamente, inextricavelmente vinculada à transmissão de uma atitude perante a vida da qual é somente *parte*, e na qual concorrem matrizes socializadoras com poder diferencial de atuação em função de distintas e contraditórias presenças (ou ausências) intrafamiliares (paterna, materna, além de toda diversidade da parentela ascendente, descendente ou colateral, i.e. os avós, filhos, irmãos, tios, primos, agregados, etc.). A maior ou menor heterogeneidade do leque de influências e propriedades objetivas muitas vezes conflitantes no seio da esfera familiar envolve, para mencionar alguns exemplos dentre incon-

táveis possibilidades: a exemplaridade das condutas para muito além da tematização,⁴ sua gama de relações com o trabalho e o *ethos* implicado, as modalidades de gerenciamento orçamentário, as diferentes relações com a instituição escolar e de diplomação entre os pais,⁵ os casos de alcoolismo (geralmente

⁴ A regular contradição entre a valorização escolar discursivamente sustentada nas famílias populares e uma relação outra com o mundo que transmite, pelo exemplo cotidiano, sua negação prática, é apontada por Jessé Souza (2009). Acerca dos anseios parentais de ascensão social projetados aos filhos, Gaulejac (1987, p. 63) nos lembra que subjacente ao cruzamento destas influências “um elemento permanece todavia dominante: a criança que se torna pai tende a transmitir a seus próprios filhos, para além do conteúdo manifesto de seu projeto, a maneira pela qual ele mesmo triunfou ou fracassou em sua busca por criar mediações às contradições que o atravessam. Trata-se portanto de um elemento central da identidade herdada.” Nesta mesma linha, envolvendo a transmissão cultural das classes populares de um determinado investimento escolar a seus filhos, O. Schwartz (1990, p. 411-412) afirma que “abstratamente convencidos de que ‘a escola é importante’, e que ‘hoje se você não tem diploma você não tem nada’, sustentando este discurso a seus filhos, eles [os pais oriundos dos meios populares] o desmentem rapidamente ao significarem inconscientemente por seus atos que seus verdadeiros interesses estão alhures.” Assim, prossegue o autor, “[...] o modelo paterno efetivamente percebido, enraizado na cultura trabalhadora, priva de eficácia as palavras nas quais não se associam engajamentos verdadeiros. (Ibid., loc. cit.) Além disto, suas observações etnográficas demarcaram uma nítida diferença na frequência do acompanhamento dos estudos dos filhos entre os pais das camadas populares, tanto maior à medida que dispunham de maior capital cultural e econômico. (Ibid., p. 413)

⁵ Os “aprendizados lúdicos” envolvendo “jogos educativos” infantis e brinquedos pedagógicos que permitem “introduzir a escola em casa”, ou simplesmente estimulam a “continuidade entre os espaços familiar e escolar” para as crianças, são consideravelmente mais mobilizados enquanto estratégia educacional difusa nas frações mais diplomadas das classes médias e superiores em detrimento dos jogos e brinquedos “recreativos” proeminentes nas camadas populares, o que ilustra as modalidades sutis, aparentemente insignificantes, através das quais aquilo que estamos considerando como “socializações de classe” exercem seus efeitos diferenciais. (Darmon, 2006, p. 29-33) Nesta direção, ressaltando que “a condição familiar é um conceito multidimensional”, e levando em conta os impactos, além do capital econômico, do capital cultural, do “envolvimento”

Cadernos do Sociofilo

masculinos) ou os (recorrentes) abusos sexuais de trabalhadoras domésticas migrantes ainda pré-adolescentes (como verificado em nossos relatos), as formas de religiosidade (seu sincretismo e intensidades de envolvimento), o caso dos “filhos de criação”, os variáveis graus de engajamento afetivo e as distintas possibilidades de estímulo ao desenvolvimento linguístico e à iniciativa individual (Bernstein, 1972), etc. A infinita combinação destas influências enquanto forças de subjetivação, umas se concatenando nas outras, compõe, em cada trajetória popular considerada não em termos modais (isto é em função de sua probabilidade e representatividade típicas para um determinado grupo) mas em seu espaço de variações, a irreduzível especificidade de sua experiência vivida no seio do que denominamos origem social. Ademais, a origem popular jamais pode ser abstraída das *flexíveis redes comunitário-vicinas*, os “laços fortes” (Granovetter, 1973, 1983) ali envolvidos frequentemente entrelaçados aos de parentesco (a co-habitação no mesmo bairro, sítio, vila, favela, ‘cortiço’, pensão, quintal, etc.) e em conjunção com os quais adquire uma maior ou menor força centrípeta perante os horizontes de prospecção de seus integrantes. Em consequência, as “estratégias de mobilidade” aí presentes ou a racionalidade mobilizada diante das possibilidades ascensionais (por exemplo, as migrações e estratégias matrimoniais de trabalhadoras domésticas, Jacquet, 2003) se tornam completamente incognoscíveis caso dissociadas do nexos vital destes laços intersubjetivos, transversais à “casa, família, trabalho e localidade”, inclusive por seus aspectos agonísticos e sua conflitividade mais ou menos latente muitas vezes sentida sob a forma da

familiar com os estudos dos filhos na educação básica, e da composição familiar (mono ou biparental), é possível constatar que “[...] a influência do fator econômico sobre o desempenho de estudantes se dá sobretudo de forma indireta.” (Soares; Collares, 2006, p. 617)

opressão e cuja violência das irrupções é proporcional à densidade afetiva em jogo. (Duarte; Gomes, 2008, p. 127-143; 192) Da mesma forma, este espaço de variações interativas intrafamiliares, coextensível como se mostra a uma mais ou menos ampla e flexível rede comunitário-vicinal – cada qual com seus próprios requisitos de sociabilidade e sua diversidade interna de produção de expectativas –, se *territorializa regionalmente*. Tendo em vista as condutas socioeconômicas, esta origem e percurso regionais enquanto variantes de um arco de tradições possíveis podem ser subdividas conforme se trate de: a) meio rural ou urbano; b) cidades de grande, médio ou pequeno porte; c) regiões do país, todos fatores cuja influência nos horizontes ascensionais, seu imaginário, opacidades, inseguranças e recusas, é enorme.⁶

2. O *nível de diploma*, isto é uma determinada formação cultural institucionalmente sancionada e capitalizável no mercado de trabalho, possui o mesmo duplo vetor – homogeneizante-singularizante – de acordo com o modo como operamos este indicador ou, mais exatamente, *quais de seus aspectos selecionamos enquanto focalmente pertinentes*. Em sua dimensão recursiva para as classes populares, e exatamente na proporção em

⁶ Para mencionar apenas alguns exemplos registrados em nossas pesquisas em curso, há casos tão diversos como o receio em buscar alternativas ocupacionais para além de uma cidade de pequeno porte na região serrana do Rio de Janeiro e, na verdade, do próprio bairro popular habitado pela família, este enquanto quadro de referência afetivo-territorial implícito porém permanentemente orientando as estratégias de mobilidade; o estigma da origem e do sotaque associado jocosamente às dificuldades escolares, a inadaptação ao ambiente da favela e dos planos de um retorno à cidade dos pais, no Maranhão, potencializados por uma mobilidade ocupacional, escolar e econômica; o descontrole emocional e a recusa inicial, posteriormente superada com o suporte de uma amiga, em assumir um cargo de maior prestígio numa escola cuja precariedade do ambiente remete, enquanto lembrança constante, às dificuldades da infância em área rural, etc., etc.

que se expande o alcance da instituição escolar (o início de uma suposta “democratização escolar”, marcada no Brasil pela quase-universalização do ensino fundamental a partir de meados da década de 1990, assim como desde então uma considerável expansão do nível médio e, inclusive para os meios populares, de frequência ao ensino superior), registra-se uma *inflação de diplomas em todas as categorias ocupacionais* (Ribeiro, 2007, p. 200-208; 314; IBGE, 2010; Cardoso, 2008), de forma que uma suposta “ascensão” escolar, ao menos para a maior parte das trajetórias populares, dissimula a permanência na mesma condição de origem através de um movimento de “translação global” da estrutural social análogo ao que ocorrera, e ainda ocorre, em diversos países do mundo (Bourdieu, 1979, p.159-185; Goldthorpe; Marshall,1997). Além disto, os pré-requisitos da cultura escolar, em seu conteúdo como em sua forma, em tudo se afastam das modalidades de sociabilidade dos meios populares gerando entre crianças e adolescentes inúmeras expressões de estranhamento, negação, e incompatibilidade de expectativas,⁷

⁷Ao se referir às especificidades linguísticas das famílias populares, particularmente em seus efeitos na socialização infantil, Basil Bernstein aponta suas dissonâncias em relação aos requisitos e demandas institucionais escolares. De acordo com o clássico trabalho do autor, se o “código comunicativo” (*communication code*) no seio destas famílias “ênfatisa verbalmente” o comunitário em detrimento do individualizado, o concreto em detrimento do abstrato, a substância no lugar da elaboração de processos, o “aqui e agora” mais provavelmente do que a incursão por motivos e intenções, os mecanismos de controle social fundados mais na obediência a posições hierarquicamente estabelecidas do que formas pessoalizadas e discursivamente abertas à negociação, ainda que este sistema comunicativo seja provido de vastas potencialidades expressivas, metafóricas e estéticas, todavia as ordens de relevância e aprendizado direcionadas às crianças são frequentemente incompatíveis com o código comunicativo exigido para o sucesso escolar: “onde a criança é sensível ao sistema comunicativo da escola e assim a suas ordens de aprendizado e interação, então a experiência escolar para esta criança implica em desenvolvimento simbólico e social; onde a criança não é sensível ao sistema

daí resultando um peculiar arranjo institucional onde, como por uma espécie de re-enquadramento “espontâneo” da ordenação das coisas, se reproduz em todos os níveis de ensino instituições escolares “de baixo desempenho” para alunos “de baixo desempenho” (ou simplesmente apresentando “taxas de frequência líquida” deficitárias, oscilação entre períodos de abandono e retorno aos estudos, dupla jornada obstaculizando o investimento intensivo, etc.), crescentemente distanciadas de instituições “de elite”, voltada ao mercado de alunos “de elite”. (Alves, 2010; IPEA, 2010) Assim, em termos de seus efeitos relacionamente considerados – e é somente em seus termos estruturais que podemos compreender aquilo que no senso comum e oficial é convencionalmente apresentado simplesmente como uma ‘expansão da escolaridade média’ – a universalização da instituição escolar e sua ampliação tendem a ser diferencialmente apropriadas (qualitativa e quantitativamente) e capitalizadas entre as classes sociais, resultando na homogeneização das oportunidades de inserção ocupacional dos jovens oriundos das camadas populares, justamente onde se encontra o maior contingente de desempregados.⁸ Tomar isto em conta é

comunicativo vigente na escola, então a experiência desta criança na escola implica em mudanças simbólica e social. No primeiro caso nós temos elaboração da identidade social; no segundo caso, mudança da identidade social. Assim, entre a escola e a comunidade das crianças oriundas das classes trabalhadoras pode vir a existir uma descontinuidade cultural calcada em dois sistemas de comunicação radicalmente diferentes.” (1972, p. 472-473)

⁸ É neste sentido que, já desvalorizado o diploma de nível fundamental, a inflação de credenciais escolares passa a atingir, em medida crescente, os detentores do ensino médio na mesma proporção em que este se expande para os meios populares. Assim, ainda no ano de 2007, 71% do total de desocupados possuíam entre 15-34 anos, e, mais importante neste caso, dentre os desocupados no intervalo de 20-24 anos, 56,2% cursaram ao menos um ano do ensino médio, quer dizer em curto período uma proporção já consideravelmente maior do que o intervalo logo a seguir, entre 25 e 29 anos, no qual esse percentual era de 46,6%, demonstrando o quanto sua posse é cada vez menos garantia de uma

Cadernos do Sociofilo

absolutamente *necessário* à correta compreensão das condutas econômicas e horizontes ascensionais aí envolvidos. No entanto, não deixa de ser *insuficiente* para a reconstrução de sua densidade hermenêutica, isto é em sua *positividade*. A insuficiência e equívoco analíticos implicados no procedimento de caracterização das frações populares *exclusivamente* pela falta (ou menos-ser) se encontram menos na evidenciação de sua vinculação subordinada à estrutura social, efetiva e concretamente experienciada e empiricamente transbordante para o caso brasileiro, do que pela *parcialidade* que se pretende totalizante e o faz às expensas da destituição de todas as outras dimensões das esferas de subjetivação popular as quais, se de modo algum deixam de exprimir seu “lugar” dominado na estrutura social, por outro lado o excedem por uma infinidade de outros “lugares”. Neste sentido, se é inegável que a instituição escolar jamais pode ser compreendida na produção de seus efeitos quando dissociada do tecido existencial no qual suas linhas de atuação se ancoram e que condicionam sua eficácia e significação, também o é que estes mesmos efeitos não podem ser reduzidos a simples “variáveis dependentes” (relativamente à origem social por exemplo) tanto mais na medida em que produzem clivagens internas às próprias classes populares (inclusive *incidindo* no seio daquela mesma ‘origem social’). A experiência propriamente escolar possui uma especificidade linguística, normati-

ocupação para as novas gerações, menos ainda de estabilidade ocupacional. (Quadros, 2009, p. 14-17) Ao contrário, nestas mesmas faixas etárias relativas à PEA, a proporção de desocupados os quais cursaram ao menos um ano no ensino superior é exponencialmente minoritária, atingindo por exemplo apenas 11,2% dos jovens entre 25 a 29 anos (Ibid., loc. cit.). Este nível de diploma, em decorrência do valor das credenciais na atual configuração do mercado de trabalho, opera enquanto ruptura objetiva para as possibilidades ascensionais da imensa maioria das frações populares assim como de reprodução dos estratos médios, embora não haja espaço neste artigo para o desenvolvimento destas questões.

va, reflexiva, um conjunto de expectativas particulares com impactos subjetivos e prospectivos irreduzíveis aos requisitos sistêmicos das relações intrafamiliares e de vizinhança, a “cultura da rua” (Mauger, 2005), quer dizer, ela apresenta um conteúdo semântico que não pode ser anulado e subsumido exclusivamente à inércia de uma “translação global”. Evidentemente, a concretude destes efeitos ‘escolares’ de subjetivação, maiores tanto mais novas as gerações, contribuem para a modulação de trajetórias singulares, “excepcionais normais”, ainda que sejam normalmente invisíveis na conformação das clivagens populares; não somente produzem expectativas e anseios distintos intergeracionalmente como, o que é de grande relevância, engendram distanciamento, e mesmo cisões, no próprio seio das gerações mais novas em função de sua desigual escolarização, sendo este, aliás, o fator por que qualquer recorte neste sentido pode apenas ser em parte ‘geracional’. De fato, ao centrarmos nossa investigação em suas frações mais escolarizadas,⁹ justamente por sua convergência às trajetórias ocupacionalmente ascendentes, é preciso *reposicionar o ponto focal* desta variável (a simples “escolaridade”) para compreendermos que, longe de um impacto indiferenciado nos projetos vinculados à mobilidade, um maior percurso escolar envolve uma multiplicidade de experiências possíveis (Alves *et al.*, 2013; Dubet; Martuccelli, 1997) variando segundo a natureza e a frequência de: estímulos ou obstáculos cambiantes no interior de uma mesma composição familiar (como o engajamento e acompanhamento ou não das atividades escolares por pais, irmãos, etc., que dependem eles também da relação que por sua vez mantiveram com a instituição escolar, práticas disciplinares e tipos de obrigação, a presença e a maneira de aplicação de castigos, recompensas,

⁹ Cf. *supra*, nota 1.

Cadernos do Sociofilo

condicionamentos, etc.), frequência às aulas, a relação mais ou menos (in)feliz com a prática e os investimentos nos estudos (concentração, apetências, dificuldades, etc.), com a instituição propriamente dita (as aulas, os alunos, professores e demais funcionários), a chamada “taxa de frequência líquida” (com grandes atrasos normalmente servindo como desestímulos à continuidade nos estudos e obstaculizando a sociabilidade no ambiente escolar), planos compartilhados com colegas ou amigos (e.g. a mobilização em comum para a inscrição em ensino médio, ou pré-vestibular comunitário, etc. visando tal ou qual curso universitário, práticas comuns que tendem à relativa autonomização das decisões parentais principalmente no caso de pais portadores de poucos recursos escolares). O caso da frequência ao ensino superior, embora minoritária cada vez mais recorrente nos meios populares, leva ao paroxismo o impacto do percurso escolar na singularização de seus projetos socioeconômicos que se tornam, assim, em seus esquemas reflexivos e mobilização de recursos, tão distintos das frações médias estabelecidas quanto das camadas populares mais vulneráveis, muitas vezes refletindo-se em um mal-estar permanente, uma subutilização de recursos e ambiguidades em sua conduta econômica (e.g. demissões voluntárias ou autoexclusão antecipada de cargos de maior responsabilidade, decisões aparentemente “irracionais” da perspectiva do mercado de trabalho) que jamais seriam compreensíveis por abstração de sua trajetória como a estamos aqui defendendo: em sua multiterminação.

3. Não determinando as classes senão para o senso comum, antes sendo por elas estruturalmente determinados, estão os *recursos econômicos*. Quer mensurados sob a forma de faixas de rendimentos como nas estatísticas (semi)oficiais através de sua superficial objetivação da estrutura social como um es-

paço unidimensionalmente plano onde os indivíduos circulariam - como num estranho conto em que os mesmos personagens oscilariam entre dias de “classe média” e dias de “pobreza”, em sucessivos e curtos intervalos, embora não o soubessem -; quer como apropriação da renda nacional por parcelas ou camadas da população (refletindo sua maior ou menor distribuição ou concentração); quer enquanto “distribuição funcional da renda”, procedimento que diferencia a renda nacional em uma parte oriunda do trabalho e outra derivada de propriedades ou capital (lucros, juros, renda imobiliária, etc.); em suma, seja de qual modo venham a ser considerados, rendimentos, patrimônios ou propriedades, os dispositivos de visualização do volume e da natureza dos recursos econômicos distribuídos pela população (ou da população neles distribuída) nos permitem *grosso modo* discernir camadas populacionais e, assim, postular uma relativa homogeneidade interna a cada uma, estimar sua relação com o capital cultural, categoria ocupacional, gênero, cor, etc. Para efeitos de ilustração, particularmente no caso brasileiro se afiguram classes superiores detentoras de um volume de recursos semelhante às camadas superiores francesas e, conformativas desta mesma estrutura social, determinadas frações populares cujos recursos disponíveis se assemelham aos estratos sociais homólogos do Sri-Lanka ou dos meios rurais da Indonésia, de modo que nos deparamos no interior de um mesmo país com um *microcosmo das desigualdades globais*, para ser mais preciso cuja magnitude é análoga àquela encontrada entre países, ou melhor, entre as frações economicamente dominantes dos países centrais e os grupos subordinados dos países periféricos.¹⁰ (Milanovic, 2006, p.19) É por esta razão que, como um primeiro momento metodológico absolutamente in-

¹⁰ Agradeço esta referência a Rodrigo Cantu.

Cadernos do Sociofilo

dispensável, se faz necessário reconstruir em detalhe a especificidade da condição popular (semi)periférica num sentido histórico-estrutural no qual os hiatos relacionais entre os homens assumem traços distintos dos encontrados em países de capitalismo central, assim como sua diversidade constitutiva uma maior complexidade. Entretanto, se visamos permanecer coerentes a nossa perspectiva, é imperativo não desvencilharmos este conjunto de características (o quadro dos recursos escassos com suas privações materiais e restritivas de possibilidades existenciais cujos índices no Brasil são, apesar de recentes inflexões, mundialmente paradigmáticos) de seu *conteúdo vivido* experiencial e semanticamente, e que pode, em sinergia com todos os aspectos até aqui mencionados, gerar desde a apatia, indignação, vergonha ou senso de inferioridade até uma autoconsagração narrativa dramaticamente forjada no decorrer das ‘provações’ enfrentadas ou dos obstáculos superados – quer pelos “testemunhos” públicos dos neopentecostais, quer pela adesão a uma ideologia meritocrática (tradução na esfera política de uma tal trajetória, antes, sentida e vivida como de “sucesso” pelo próprio esforço pessoal), ou pelo engajamento militante. Deste modo, assim como o capital cultural, o econômico possui, além da dimensão de recurso escasso, uma pluralidade de efeitos subjetivamente constitutivos e atuantes; isto porque historicamente aproximando determinados conjuntos de indivíduos num entrelaçamento vital inextricavelmente material e simbólico, um mundo comum, por outro lado não deixa de torná-los únicos pela particularidade com que (distintos graus de) vulnerabilidades são administradas, os sentimento morais engendrados e compartilhados (ou não) pelos familiares ou pares, pela (maior ou menor) diversidade de suas possibilidades desiguais de racionalização da conduta econômica mas, também, pela imputação de significados e orientações muitas vezes con-

flitantes (e.g. a decisão pela formação de um pequeno investimento como uma venda na extensão de casa, um comércio ambulante, uma oficina com vizinhos e/ou a ênfase em um curso profissionalizante, maior qualificação ou mesmo no prolongamento da escolaridade por incertos que sejam as expectativas de retorno), todas inflectidas pelas múltiplas instâncias de subjetivação aí sempre presentes (religiosa, afetiva, amistosa, conjugal, envolvendo distintos compromissos filiais, etc.). Uma condição mais ou menos vulnerável em relação aos “rendimentos” não estimula simplesmente uma determinada maneira de gerir a escassez; inscreve nas orientações e nas condutas socioeconômicos dos indivíduos que a atravessam experiências tão diversas como a distribuição dos corpos no espaço e suas modalidades de apropriação dependendo dos tipos de moradias (em bairro popular, favelas, pensões, a mudança para conjuntos habitacionais ou residências, etc., com maiores ou menores déficits de infraestrutura e a forma como são apreciados), as formas de solidariedade presenciadas (favores, mutirão, sociedades de apoio mútuo conforme as tradições regionais, dependência pessoal), as memórias do ‘lar’ (se autoconstruída, os moradores “de favor”, as vizinhanças, a existência ou não de determinados aparelhos eletrônicos e mobiliários e sua história de aquisição, as refeições em comum ou sua ausência, a posse ou não de animais de criação), os casos de experiências migratórias, as projeções acerca de uma “boa vida” e toda sorte de diversidade empírica enquanto condição de possibilidade de compreensão e pressuposto daquilo que se denomina, em outro registro e no mais das vezes sem muita preocupação daquilo sobre o que se fala, de “interesses” (inclusive de classe).

4. A *ocupação*, convencionalmente agregada em categorias socioprofissionais, é o principal indicador contemporâneo (por exemplo na sociologia do trabalho ou nos estudos de estratifi-

Cadernos do Sociofilo

cação social) do que se postula como uma posição de classe, não somente porque a imensa maioria da população (em termos proporcionais) passa a ser crescentemente destituída de qualquer forma de propriedade (grande ou pequena, rural ou urbana) no decorrer do século XX (Wright-Mills, 1969, 1973, p.329-345) de modo a alocar-se nos sistemas econômicos dos países centrais ou periféricos em ocupações; não apenas porque os capitais econômico e cultural acima mencionados estão vinculados em grande medida à posição na estrutura ocupacional (no caso brasileiro podemos com considerável segurança estimar o nível de recursos econômicos e culturais entre as diferentes categorias socioprofissionais, cf. Quadros; Maia, 2010; Santos, 2002, p.228-276; Hasenbalg; Silva, 2003, p. 48-54); mas principalmente devido a este modo de objetivação do social permitir, diferentemente dos anteriores, a visualização de uma estrutura relacional de posições hierárquica e funcionalmente estabelecidas. É, com efeito, o indicador que nos permite vislumbrar ou 'mensurar' os índices de mobilidade social (inter ou intrageracional) no espaço destas posições em termos de probabilidades de associação entre origem e destino ocupacional. Convencionalmente representadas como gramática produtora de homogeneidades por excelência (econômica, cultural e política) no decorrer do século XX, as "relações de produção" passaram a ser consideradas como responsáveis, crescentemente nas reconfigurações do mundo do trabalho nas sociedades centrais e periféricas contemporâneas - principalmente a partir de fins da década de 1970 nos países centrais e de 1990 no Brasil -, por gerar fragmentação funcional, flexibilização jurídica e contratual, instabilidade ocupacional, desengajamento político nas formas associativas convencionais (sindical e partidária), em resumo um processo de "precarização" comparativamente ao arranjo institucional keynesiano-fordista ou ao que se costuma referir-

se no caso brasileiro como “fordismo periférico”, onde tal arranjo nunca se instaurou em grau comparável. Nexos vinculantes dos indivíduos ao sistema econômico, a estrutura ocupacional o faz menos por fixá-los cada qual a uma ocupação exclusiva e sim, sobremaneira no caso das trajetórias populares em contexto de reestruturação produtiva, pela circulação diferencial dos indivíduos por estes espaços funcionais (as ocupações populares sendo justamente as que registram as maiores taxas de *turnover*).¹¹ Com efeito, este processo implica na multiplicação dos espaços de sociabilidade e de produção de sentido para a vida. É isto o que tornaria metodologicamente problemática ao estudo das classes populares particularmente do ponto de vista de suas condutas socioeconômicas, pois teoricamente inadequada, a escolha pela concentração investigativa em um único foco ocupacional (e.g. os atendentes de telemarketing como em Ruy Braga, 2012, representantes do que o autor conceitua como “precariado”) em detrimento da *trajetória de seus ocupantes*, porquanto esta é cada vez menos redutível à ocupação, não como querem determinadas abordagens “pós-modernas” em que viveríamos em um delirante mundo pós-trabalho, e sim porque, *o que é absolutamente distinto*, os indivíduos perpassam – em um intervalo de tempo mais curto nos últimos anos – estas distintas ocupações sem a elas, no sentido de cada uma em particular, necessariamente vincular suas aspirações. Claro, esta circulação ocupacional *jamais é aleatória*; estamos diante de espaços de mobilidade inter e intrageracional com probabilidades variáveis cujo escopo de possibilidades objetivas é tão amplo ou

¹¹Segundo Pochmann (2012, p. 93), “entre 1999 e 2009, a taxa de rotatividade cresceu significativamente para os empregos com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. Para os empregos que pagam entre 0,5 e 1 salário mínimo mensal, a taxa de rotatividade foi de 85,3% em 2009, com aumento de 42,2% em relação à rotatividade do ano de 1999.” Em contrapartida, “os trabalhadores de maior remuneração possuem as menores taxas de rotatividade [...]”. (Ibid., p. 94)

Cadernos do Sociofilo

restrito quanto as propriedades objetivas disponíveis. Ainda assim, nestes espaços de probabilidades *uma ocupação é um ponto numa trajetória* ou, o que é a mesma coisa, uma trajetória é constituída de uma infinidade de pontos. Como corolário, também aqui, *dependendo do ponto focal* adotado para esta “variável”, é possível e na verdade frutífero considerá-la enquanto quadro produtor de homogeneidades (as categorias socioprofissionais assim como as probabilidades diferenciais de mobilidade para cada uma) sem deixar de, simultaneamente, considerar os desdobramentos ímpares de sua combinação empírica com todas as outras variáveis na conformação de uma mesma trajetória. *A fortiori* se tomarmos em conta os processos de *micromobilidades*, isto é as mobilidades ocupacionais (ascendentes, todavia em constante oscilação com as descentes) no interior, melhor, constitutivas das classes populares, e invisíveis para a objetivação estatística quando realizadas no interior de uma mesma categoria ocupacional.

5. *As múltiplas esferas de subjetivação*, suas formas e graus de engajamento, os tipos e forças dos laços estabelecidos, estão presentes em: relações conjugais, círculos amistosos, práticas culturais (inclusive por meio das tecnologias em rede, cujo acesso é cada vez mais comum nos meios populares), clubes, associações (civis ou militares), cooperativas, sindicatos, militância, partidos, grupos religiosos, esportivos, encontros ocasionais, etc., nos quais é forçoso levar em conta a consonância ou dissonância das propriedades de seus integrantes do ponto de vista de sua heterogeneidade interna. A frequência a estes espaços de ‘*com*’-vivência, de produção de experiências, são probabilisticamente deveras desiguais conforme o estrato social, alguns dos quais, como no caso da religiosidade “evangélica” (enquanto “solvente” de outras relações, para utilizar os termos de Pierucci, 2006), são institucionalmente configurados a pre-

tenderem um exclusivismo de influências e tendem por esta razão a enquadrar inúmeras esferas da vida como comportamentos, vestimentas, as práticas culturais e lazeres avaliados como legítimos, o mercado matrimonial, e potencialmente todo o conjunto de expectativas e orientações normativas de seus integrantes. No entanto, tais matrizes socializadoras institucionais (Lahire, 2002, 2013) não existem senão em relação (de concorrência, oposição, complementaridade, diferença) umas em relação às outras de modo que suas pretensões de exclusivismo não são senão a forma de posicionamento perante tal concorrência e, de nossa perspectiva, devem ser reconstruídas não em si porém como força de subjetivação integrante a uma condição existencial mais ampla, logo, concretamente combinadas às “variáveis” anteriores, todas enquanto *derivações* ou *aspectos* desta condição. Assim, além de diferenciarem os agentes sociais, as múltiplas participações e adesões a sistemas de interação com assunção de papéis, expectativas e valores distintos (Parsons, 1951a, 1951b), os quais envolvem e balizam suas orientações econômicas (e.g. a expansão do Neopentecostalismo e da Teologia da Prosperidade sobretudo nas classes populares no decurso das últimas décadas, Mariano, 2004; Da Silva, 2005), se inscrevem volicional, afetiva e moralmente a seus projetos socioeconômicos, tornando a ‘direção’ de sua balística (declinante, reprodutiva, ascensional) *desprovida de sentido* quando abstraída da complexidade das motivações que a movem.¹²

¹² Citando casos de influências decisivas decorrentes dos laços de amizade, matrimoniais, filiais, etc. no peso de escolhas profissionais, inclusive acarretando menores remunerações, cargos menos prestigiosos, etc. pela importância dos primeiros, Claire Biddart lembra que “é preciso reconhecer que os móveis afetivos são pouco estudados em sociologia, embora quando examinamos conjuntamente por exemplo os percursos profissionais e os percursos conjugais, somos muito rapidamente convencidos da impossibilidade de abstrair as escolhas profissionais dos engajamentos afetivos...” (Bessin *et al.*, 2010, p. 232)

6. Por fim, destacamos teórica e metodologicamente a relativa autonomia dos *eventos* biográficos (Leclerc-Olive, 2003, 2009; Bessin *et al.*, 2010) e, por isto, o papel da temporalidade narrativa (Ricoeur, 1980; Berger, 1972) no relato dos indivíduos em questão. Ao olhar sócio-histórico não cabe reduzir as sínteses de experiência vivida pressupostas nestas variáveis, selecionadas entre infinitas possibilidades e reconstruídas em sua inesgotável variabilidade interna *na medida de nossos propósitos investigativos*, a efetivações de uma essência que as predeterminaria enquanto momento, ou parte, de uma História total na qual encontrariam sua verdadeira razão de ser. Ao expressar a condição de um grupo, uma classe, uma filiação religiosa, ou talvez um determinado papel na divisão do trabalho doméstico, um indivíduo nunca lhes é perfeitamente redutível porque concretiza um *excesso de sentidos* em si, resultante dos múltiplos pertencimentos pelos quais se forma sua trajetória, de modo que, para falar com J.C. Passeron e J. Revel, se por um lado é “o conjunto de questões de que o investimos – e das quais ele é suscetível de ser investido – que faz o caso”, por outro, é preciso assumir que “em qualquer argumentação que um caso parti-

Ainda nesta argumentação, Biddart complementa que os afetos intersubjetivos podem, em determinados contextos, influenciar no deslocamento de finalidades individuais em prol da manutenção da própria relação, em outras palavras na inclusão da relação no sentido dos projetos (por exemplo profissionais), ainda que tais “afetos” variem eles mesmos em força e intensidade, ou mesmo conflituosidade, no tempo e no espaço. Ademais, não é somente pelo contraste com as vias profissionais que estes laços podem valer; eles operam também pela motivação, exemplaridade, etc. com que podem atuar, como no desejo de oferecer “uma vida melhor” a alguém, como os filhos. Assim, “a influência interpessoal intervém de formas diversas nas ‘grandes decisões’ que escandem os percursos, e o caráter afetivo dos laços conta em muito na capacidade de inflecti-los. Os parentes e cônjuges se mantêm bastante presentes, mas a eles se juntam também amigos ou pessoas ocupando lugares bem mais periféricos nas redes relacionais.” (Ibid., p. 233)

cular se encontre mobilizado, ele jamais lhe é utilizado – e ele não o seria sem incoseqüência – como um elemento intercambiável em um conjunto já circunscrito por uma definição genérica ou como a resultante de um encontro entre leis de alcance universal; ele não pode ademais ser retido como a variante livre de uma estrutura invariante ou a especificação automática de uma norma.” (2005, p. 11-12) É neste sentido, portanto, que um *evento* é tudo aquilo que institui um *marco biográfico* (Leclerc-Olive, *Ibid.*), ou seja que estabelece uma espécie de calendário interno (com um antes e um depois) com referência ao qual os projetos economicamente orientados precisam ser interpretados. Se os (des)encontros e acasos da vida social jamais ocorrem de modo completamente aleatório, não obstante, sua mera ocorrência particulariza ao infinito cada uma de todas as trajetórias populares demandando, pelo seu impacto vivido, reacomodações e (re)construções narrativas identitárias. Para Peter Berger (1972, p. 68) “estamos sempre a reinterpretar nossa biografia”, o que significa que “[...] o bom senso erra redondamente ao considerar que o passado seja algo fixo, imutável, invariável, oposto ao fluxo contínuo do presente. Pelo contrário, pelo menos em nossas próprias consciências, o passado é maleável e flexível, modificando-se constantemente à medida que nossa memória reinterpreta e re-explica o que aconteceu.” O autor ressalta que este “processo de reformulação do passado” ou de permanente reconstituição biográfica se tornou muito mais intenso na “era moderna” com a diversificação de seus sistemas sociais e culturais, além das constantes mobilidades geográficas e sociais por que perpassam os indivíduos. (*Ibid.*, p. 68-69; 77) Naturalmente, estas reformulações narrativas do passado são necessariamente parciais assim como, seu caráter, “semiconsciente”; é por isto, inclusive, que “essas contínuas modificações e ajustes na biografia raramente se integram numa definição cla-

Cadernos do Sociofilo

ra e coerente da personalidade”, ainda que as reformulações da autoimagem possam ser deliberadamente visadas em determinados casos, como no recurso às técnicas psicoterápicas. (Ibid., p. 72-73) Leclerc-Olive certamente fora inspirada por Berger quando este afirmara que “a conversão [e.g. religiosa] traz uma nova periodização à biografia” ou, “em outras palavras, a conversão é um ato no qual *o passado* é dramaticamente transformado.” (Ibid., p. 73, grifos no original) Eventos relativamente contingentes (falecimentos, separações, litígios, migrações, graves crises econômicas, etc.), assumindo lugar enquanto marcos biográficos na estrutura subjetiva dos agentes sociais, delineando sua temporalidade vivida de modo, ao mesmo tempo, a requerer e possibilitar a construção narrativa de uma ‘identidade’ (parcelar, fragmentária, cuja coerência é antes de tudo experiencialmente vivida e contextualmente encarnada): neste processo, estamos diante da imperiosa necessidade que se coloca a todos os agentes sociais em maior ou menor medida conforme os contextos, qual seja, a imensamente variável prática de *lidar consigo*, com uma presença que se impõe a si, momento em que a história se volta sobre si mesma assumindo uma expressão *reflexiva*.

Este último dos seis fatores listados a ser objetivado na interpretação das condutas populares e que pressupõe um papel coatuante dos agentes na configuração de sua própria experiência social, um trabalho sobre si que é por sua vez ele mesmo propulsionado pela experiência sobre a qual incide, é de grande relevância visto que nos propomos mobilizar, enquanto dispositivo teórico e metodológico, uma concepção de múltiplas socializações como o intermédio pelo qual as classes de condições de existência vêm a ser enquanto *projetos*, quer dizer *projeção temporal de si*. A razão desta afirmação está em que o papel do

agente 'socializado' não poderia, sem que o sociólogo contradiga os próprios pressupostos epistêmicos mobilizados em suas investigações, se confundir com uma passividade empiricista, acrítica e areflexiva, tal como fosse aquele um mero receptáculo de esquemas culturais desprovido de força atuante. Evidentemente, sem recair em realismos ingênuos e concepções romaneadas dos atores sociais - e infelizmente estas ainda subsistem em retóricas ensaisticamente tão empobrecedoras das ciências do homem quanto o positivismo mais vulgar -, *o ser que age sobre si e suas determinações*, no sentido de produzir e organizar uma constelação de sentidos que sinta como razoavelmente coerente com suas expectativas vivenciadas, *jamais é abstratamente indeterminado*, sendo ele mesmo cosubstancial à história incorporada sobre a qual atua e sobre o futuro no qual se projeta. Não há fuga da história, há trabalho sobre ela. Assim, lembrando as palavras de Dubet, não está em questão uma apologia a um determinado individualismo contemporâneo narcísico: "ao contrário da imagem heróica de um sentido de liberdade conquistadora, os actores sentem antes esta liberdade em forma de angústia, de incapacidade de escolher, de inquietação quanto as consequências das opções." (1994, p. 101) E é para lidar com um "mundo social que deixou de ter centro" que o mesmo autor sublinha, através de suas pesquisas envolvendo também jovens das camadas dominadas, o "trabalho" ativo do ator em participar da construção do sentido de suas ações quando estas passam, cada vez mais contemporaneamente, a possuir princípios constitutivos heterogêneos, i.e. obedecendo menos a uma "programação precoce" e a uma integração sistêmica unificada. Apesar de excessivamente levado pela 'onda' individualizante derivada do senso comum de seu próprio tempo, ao menos Dubet reconhece que esta atitude reflexiva, "[...] a distância em relação a si, aquela que torna o actor em su-

jeito, é, ela própria, social, ela é socialmente construída na heterogeneidade das lógicas e das racionalidades da ação.” (Ibid., p. 94) De todo modo, o que nos importa destacar desta argumentação é que todo processo de socialização enquanto subjetivação histórica, ou história subjetivada, quer: i) pela ênfase na *cumplicidade ontológica*, ou mais exatamente na incorporação das estruturas objetivas sob a forma de esquemas de percepção, avaliação e ação, na verdade um sistema de disposições (indissociavelmente cognitivas e corporais, ‘intencionais’ no sentido husserliano) transponíveis e relativamente duráveis ajustadas às estruturas das quais são produto (Bourdieu, 1977, 2000b); ii) pelo recurso mais depurado às múltiplas e mais ou menos heterogêneas experiências intersubjetivas e institucionais (seus “quadros”, “modalidades”, “tempos” e “efeitos”) pelas quais os indivíduos conformam, em seu percurso pelo mundo social, um patrimônio plural de disposições cuja natureza, maior homogeneidade ou absonância estão em função daquela diversidade de pertencimentos ao mundo social, como suas dobras infinitesimais (Lahire, 2002, 2013); iii) pela retomada absolutamente crítica, seletiva e “filtrada” do que há de potencialmente frutífero na abordagem parsoniana, em que sua resposta ao “hobbesian problem of order” acerca das condições de possibilidade da ordem social consiste em atribuir ao sistema de ação social uma intrínseca *orientação normativa*, irreduzível às orientações meramente instrumentais, marca de origem interiorizada do sistema cultural e seu “normative pattern-structure of values” em termos de *motivação* estruturante do sistema de personalidade individual e sua energia psicofísica¹³ (Parsons, 1937,

¹³ Nesta integração funcional da personalidade ao sistema social – leitura funcionalista do pragmatismo de Mead e da psicanálise freudiana – ocorreria o processo de “identificação” em que Ego assume os valores de Alter como seus, internalizando-os, e transformando a respectiva interação em um sistema de

1951a, 1951b); em outras palavras, seja qual aspecto do processo socializante priorizemos enquanto dispositivo de mediação entre as classes sociais e as orientações e projetos socioeconômicos, ele depende, na verdade não somente nas últimas décadas (como quer Dubet) mas universalmente, *da (inter)ação do 'agente socializado'*. A ordenação e a acomodação temporais destas experiências estruturantes da personalidade são de importância decisiva ao fornecer a todos os indivíduos *instrumentos cognitivos e hermenêuticos* com os quais se deparam com todas as experiências posteriores, dotando-lhes de sentido numa cumulatividade sociobiográfica necessariamente seletiva. Se, por exemplo, a origem social, nosso primeiro fator considerado no quadro acima, é convencionalmente considerada como exercendo um 'peso' maior do que outros fatores, isto decorre do fato de que suas relações de interdependência (intrafamiliares) constituem as primeiras sedimentações de experiências: é nelas, com elas, por meio delas, e muitas vezes contra elas, que as novas camadas de formação sociopsíquica (e.g., as matrizes institucionais escolares, profissionais, conjugais, etc.) irão *existencialmente* se condensar, sem que uma "cause" analiticamente a outra (seu "efeito"), como se fossemos formados por compar-

expectativas complementares entre papéis sociais. Assim, e somente assim, por meio do mecanismo interativo-socializante conformador da referida motivação agencial, se tornaria possível a relativa estabilização, para não falar da simples existência, de sistemas sociais e sua tendência funcionalmente intrínseca à institucionalização. Nas palavras de Parsons, "esta integração de um esquema de padrões valorativos comuns com a estrutura internalizada de necessidades-disposições (*internalized need-disposition structure*) das personalidades é o fenômeno central da dinâmica dos sistemas sociais de que são constituintes. Que a estabilidade de qualquer sistema exceto o mais evanescente processo interativo é em algum grau dependente desta integração pode ser considerado o teorema dinâmico fundamental da sociologia. Este é o ponto de referência cardinal para todas as análises que vierem a se reivindicar como análises dinâmicas do processo social." (1951a, p. 42-43)

Cadernos do Sociofilo

timentos analíticos. Não obstante, a partir do momento em que são formados, os esquemas sensório-cognitivos incorporados pelos agentes sociais são, além de disposicionais, interpretativos e reflexivos, e todo agente que perpassa múltiplas esferas da vida social não é unilateralmente o ‘produto’ de cada um destes espaços (a família, a rua, a esfera do trabalho,...) porquanto a assunção de papéis e expectativas próprias a cada qual não se dá senão *por intermédio* das experiências significantes de todos os outros (os conceitos ali apreendidos, os modos de avaliação, as competências, apetências, hábitos, recusas, dificuldades, incompatibilidades, afinidades eletivas, racionalizações específicas...), em *conjunção* com elas, numa *síntese* que não poderia ocorrer sem a participação dialética dos agentes na *(re)construção* dos sentidos que interioriza.

Em decorrência de nossa argumentação, supomos já compreensível que as referidas “variáveis” devem ser entendidas em nosso trabalho não enquanto *partes extra partes*, abstrações mecanicamente atuantes ou causalmente eficazes em si e por si mesmas – a classe como ‘causa’ de determinados comportamentos (por exemplo eleitorais ou, em nosso caso, especialmente as práticas econômicas) –, e sim, pelo contrário, como derivando seus efeitos umas de suas relações com as outras, do entrelaçamento experiencial fenomenicamente irreduzível resultante de sua imbricação recíproca: *a conexão da classe com as práticas não é ‘causal’ mas existencial, estando presente nas infinitas modulações em seu modo de ser, e como tal se realiza por meio da condensação de múltiplas experiências socializadoras enquanto difrações singularizantes de uma condição de classe*. Por conseguinte, o sentido de uma determinada escolha no mercado de trabalho (suas alternâncias ocupacionais, hesitações e decisões aparentemente “irracionais”), ou de um investimento escolar ou em qualificação (sub ou hiper-investimento, não necessariamente “opti-

mais” do ponto de vista das expectativas de retorno), ou ainda das modalidades de gestão orçamentária (como a busca pela conformação de um patrimônio familiar), se apresentam como práticas e projetos econômicos cuja plenitude hermenêutica nos é compreensível somente através da reconstrução sociológica das *inflexões* de sua condição popular. Os múltiplos sistemas de pertencimento e participação, pretéritos e presentes, pelos quais os agentes sociais se constituem não diluem ou relativizam uma suposta *essencialidade* por que seriam grosseiramente classificáveis as classes populares; a complexidade de suas expectativas futuras socioeconomicamente referenciadas, inclusive na especificidade como são politizadas, *não se dá malgrado sua posição* mas, antes, precisamente, *através de sua multideterminação*, pela heterogeneidade de suas linhas componentes em suas inscrições infinitesimalmente diferenciais na formatação de sua experiência vivida, de suas inclinações e modalidades de auto-objetivação. Assim, a combinatória resultante das contradições e convergências, estranhezas e afinidades entre suas experiências intrafamiliar, escolar, profissional, amistosa, afetiva, religiosa, artística, esportiva, etc. – em tudo irreduzíveis à brutal torpeza analítica da convencional lógica dos interesses ou utilitário-marginalista – nos possibilita compreender porque cada uma e todas as trajetórias populares, compartilhando *grosso modo* as mesmas propriedades objetivas de origem (como é o caso de indivíduos oriundos de uma mesma “comunidade”, inclusive de uma mesma composição familiar), efetivam sua condição geral do único modo possível: singularmente.

MICROEXPERIÊNCIAS DE CLASSE E ESCALAS DE ANÁLISE

A sociogênese do arco de orientações e práticas socioeconômicas das classes populares fora apresentada neste artigo do prisma da superação da pseudo-dicotomia entre, por um lado, as classes de condições de existência tomadas enquanto matrizes unilaterais de homogeneidade e, por outro, os processos de “individualização” supostos como irreduzíveis em seu mosaico identitário àquelas matrizes – seja lá o que um e outro venham a ser considerados enquanto *abstrações reificadas desprovidas de concretude existencial*. Nossa proposta consistiu no estabelecimento das “variáveis” teoricamente pertinentes, assim como na possibilidade de fazer variar internamente seus pontos focais a partir de nossa problemática particular. Isto nos leva, à guisa de considerações finais, a outras questões teórico-metodológicas.

Se num primeiro momento, nosso procedimento investigativo nos permitiu vislumbrar a maneira como os fatores elencados atuam concretamente em sua balística declinante, reprodutiva ou ascensional – ou no mais das vezes na oscilação entre micromobilidades ascendentes e descendentes –, ele deve nos expor, também, os limites inscritos no alcance de qualquer procedimento investigativo, necessariamente, e dos quais devemos nos fazer conscientes. Evidentemente todo fluxo fenomênico é irreduzível a qualquer reconstituição descritiva (filosófica, literária, científica ou quaisquer formas narrativas) e a busca pela exaustividade do material – em nosso caso, a *completude experiencial* de uma trajetória popular e sua projeção enquanto orientação econômica – seria tão ingênua quanto sua redução a uma essência ou princípio unívoco (pensamos aqui no “projeto original” de Sartre, 1943). Ambos os casos supõem inevitavelmen-

te um simplismo monístico da condição humana que, como re-feria Weber, deveria se desfazer já na propedêutica a qualquer conhecimento histórico na infinita diversidade interna a cada um de seus objetos. Ao mesmo tempo em que um complexo de experiências socializantes por que se conforma uma subjetividade e um conjunto de agentes que compartilham de condições existenciais semelhantes é balizado por determinados arranjos institucionais (uma determinada distribuição de patrimônio, propriedades e capitais juridicamente sancionados, uma herança imaterial condensada em determinadas condutas em sua 'razoabilidade', modos de relacionamento ancorados em obrigações e expectativas historicamente instituídas e reproduzidas em 'papeis' relativos a seus respectivos sistemas sociais), a contínua abertura fenomênica ao mundo destes agentes extravasa os limites destas fronteiras por meio de microexperiências sucessivas e ininterruptas e nunca exatamente semelhantes entre si (encontros eventuais, 'crises pessoais', a particularidade e ao mesmo tempo polissemia de cada vínculo social, a formação de determinados imaginários, a imprevisível combinação numa personalidade de elementos culturais díspares, etc.). Deste modo, a vida de um homem jamais será inteiramente redutível a desdobramentos de uma configuração institucional particular ou a certas matrizes de subjetivação (à exemplo dos fatores listados em nossa análise) em razão, não da falta, mas precisamente do *excedente* de experiências e sentidos sócio-históricos de que é depositário.

A sinestesia infinitesimal da experiência popular: Aluísio Azevedo e a descrição do cortiço

Um domingo de clima particularmente agradável no tradicional cortiço descrito pelo naturalista, contrastando com outros

Cadernos do Sociofilo

momentos de sociabilidade mais intensa e de descrição sensualmente animalésca, nos fornece uma rica ilustração, malgrado sua transbordante tessitura higienista-miserabilista, do caráter inesgotável e irredutível do fluxo experiencial popular:

“As tinas estavam abandonadas; os coradouros despídos. Tabuleiros e tabuleiros de roupa engomada saíam das casinhas, carregados na maior parte pelos filhos das próprias lavadeiras que se mostravam agora quase todas de fato limpo; os casaquinhos brancos avultavam por cima das saias de chita de cor. Desprezaram-se os grandes chapéus de palha e os aventais de aniagem; agora as portuguesas tinham na cabeça um lenço novo de ramagens vistosas e as brasileiras haviam penteado o cabelo e pregado nos cachos negros um ramalhete de dois vinténs; aquelas trançavam no ombro xales de lã vermelha, e estas de crochê, de um amarelo desbotado. Viam-se homens de corpo nu, jogando a placa com grande algazarra. Um grupo de italianos, assentado de baixo de uma árvore, conversava ruidosamente, fumando cachimbo. Mulheres ensaboavam os filhos pequenos debaixo da bica, muito zangadas, a darem-lhes murros, a praguejar, e as crianças berravam, de olhos fechados, esperneando. A casa da Machona estava um rebuliço, porque a família ia sair a passeio; a velha gritava, gritava Nenen, gritava o Agostinho. De muitas outras saíam cantos ou sons de instrumentos; ouviam-se harmônicas e ouviam-se guitarras, cuja discreta melodia era de vez em quando interrompida por um ronco forte de trombone. [...] Os papagaios pareciam também mais alegres com o domingo e lançavam das gaiolas frases inteiras, entre gargalhadas e assobios. À porta de diversos cômodos, trabalhadores descansavam, de calça limpa e camisa de meia lavada, assentados em cadeira, lendo e soletrando jornais ou livros; um declamava em voz alta versos de ‘Os lusíadas’, com um empenho feroz, que o punha rouco. Transparecia neles o prazer da roupa mudada depois de uma semana no corpo. As casinhas fumegavam um cheiro bom de refogados de carne fresca, fervendo ao fogo.” (2011 [1890], p. 68-69) Já em outro momento, desta vez o cortiço amanhecendo em dia

habitual de trabalho, a pena naturalista de Aluísio Azevedo incide com exemplar nitidez em nova sinestesia cotidiana do mundo popular: a experiência vivida de quem no cortiço amanhece, presenciando insensivelmente o ar mais úmido e o “fartum acre de sabão ordinário” deixados pelas roupas no coradouro no quintal comum do cortiço, ou “o cheiro quente do café [...] suplantando todos os outros”; os barulhos como os pigarreios, o tilintar de xícaras, o “confuso rumor que se formava” entre choros de criança, grasnar, cacarejar ou vozes, das baixas aos berros, os cantos das lavadeiras acompanhando ritmicamente seu trabalho, em um “zum-zum” condensando-se em “um só ruído compacto que enchia todo o cortiço”, abafado ainda pelo “arfar monótono da máquina a vapor” de uma fábrica de massas vizinha; o odor de sardinha associado aos gritos estridentes de seu vendedor - cercado de gatos a adentrar no cortiço - particularmente distinto dos outros vendedores (cada mascate com “seu modo especial de apregoar”), a fila para lavar o rosto no único “fio de água” disponível, o abrir e fechar das portas das latrinas, etc. (Ibid., p. 41 et seq.) Mas seja pelo ritmo do entrecruzamento das diversas músicas, danças e cantos simultâneos, dos mais melancólicos aos mais agitados, regados à parati e à constante embriaguez; pelos estímulos à prostituição ou ainda as recorrentes ameaças, rusgas, redes de intriga ou vias de fato incluindo navalhadas, pauladas ou ainda incêndios criminosos, casos em que tal imagem miserabilista é metaforizada pelo fartum de suor, esterco e bolor se misturando à labuta maquinal e embrutecedora, sintetizada pela impregnação de peixe e cebola no corpo suado ainda no momento de dormir ao colchão imundo, muitos dos quais divididos promiscuamente entre familiares; ou pelo estupor semiconsciente das marteladas por horas à fio em um barulho tão ensurdecedor quanto escaldante o Sol em pedreiras nas quais os homens se hipnotizam ao compasso das incessantes picaretadas; nas oficinas de ferreiro ou na peregrinação ambulante dos mercadores; ou seja lá como for, não é preciso lembrar que não é um ou outro destes momentos que configura o universo popular em sua descrição e

sim justamente o ininterrupto fluxo vivido em que seus homens se engajam existencialmente. O que é mais importante: expandíssemos o olhar de época unilateralmente externo e higienista de A. Azevedo para além da degradação e do não-ser, sua descrição das microexperiências (em suas dimensões estética, moral, política, etc.) daquele mundo, inclusive de outros meios populares para além do cortiço, tornar-se-ia inesgotável.

Entretanto, nada disto inviabiliza o trabalho do pesquisador. Pelo contrário, deve torná-lo mais sagaz em suas colocações e no modo de tratá-las. É assim que Jean-Claude Passeron, buscando estabelecer as condições de cientificidade de utilização das biografias pelo sociólogo (controle metodológico, subordinação a uma hipótese teórica, caráter de *corpus*, identificação sistemática de relações pertinentes, protocolo de operação dos dados, etc.) – justamente ao contrário das utilizações seduzidas por aquele “excesso de sentido” intrínseco, que se impõe (a maneira de pré-noções) ao pesquisador – lembra que “[...] desde que haja escolha razoada das regras de análise a permitir conjuntamente a identificação dos ‘traços pertinentes’ à descrição e o funcionamento de um protocolo de tratamento dos dados derivado de hipóteses orientando a sucessão, a estrutura, o projeto ou a memória biográficas, me parece que tudo é mobilizável numa amostra de biografias.” (1990, p. 16) E é unicamente através deste “trabalho metódico de reconstrução dos dados” que a sociologia é capaz de levantar respostas a suas questões de modo crítico, combinando audácia intelectual e controle racional de seus procedimentos (Ibid.). Portanto, um conjunto de fatores interpretativos como apresentado não pode visar senão: i) a construção de um olhar teoricamente coerente e autoconsciente sobre o mundo ii) cuja sistematicidade em seu tratamento

lhe confira uma extensão empiricamente verossímil. E é o que propomos.

Consoante com isto, a questão da variação das escalas de análise revela toda sua importância. Ao direcionarmos nosso olhar para determinado aspecto do mundo social, a consideração da escala investigativa não é simplesmente um recurso a ser agregado; é um pressuposto já inscrito na própria objetivação, quer sociológica, histórica, geográfica,...¹⁴ (Lepetit, 1993) Assim, o *consenso* não-problematizado subjacente ao artificial antagonismo nos termos do qual às condições gerais de uma classe (suas bases 'materiais', sistemas culturais, estilos de vida) se oporia um crescente processo de individualização, inimpugnável àquelas propriedades 'macroestruturais', revela mais uma vez uma irreflexão e incoseqüência teóricas de efeitos prejudiciais às ciências do homem. Um caso ideal-típico enquanto concatenação racional de elementos representativos de uma classe (o perfil selecionado de certo alto investidor internacional, um determinado operário qualificado, uma trabalhadora doméstica 'típica', ou um jovem 'característico' dos vínculos ocupacionais instáveis representante do que se convencionou chamar 'precarizado', os quais ilustram por sua particular exemplaridade a condição geral de um determinado conjunto de indivíduos) é uma *construção conceitual absolutamente distinta* - historicamente agora como desde sempre - de casos investigados naquilo que possuem de singular, ou seja, enquanto representantes de múltiplas esferas da vida em sua combinação única (um indivíduo

¹⁴ Conforme a perspicaz argumentação de B. Lepetit, "assim, não somente é uma questão de bom senso a escolha de uma escala como, mais ainda, a apreensão do real é impossível sem tal escolha. [...] Assim, mais do que uma relação de similitude ao real, a escala o sinaliza uma redução. Ela exprime uma intenção deliberada de visar o objeto e indica o campo de referência no qual o objeto se pensa. A adoção de uma escala é antes de tudo a escolha de um ponto de vista do conhecimento." (Ibid., p. 130-131)

enquanto pai, filho, trabalhador do novo setor de serviços ou “pós-proletariado”, detentor de um certo patrimônio, católico, militante, amante de esportes, das tecnologias em rede, frequentando um círculo amistoso particular, etc., etc.) e, por isto mesmo, irreduzível a cada uma delas em particular. (Levi, 1989; Lahire, 2001; Gribaudi; Blum, 1990) Adquirir plena consciência dos pressupostos e implicações presentes em cada um dos modos de reconstruir um caso, uma biografia, ou uma trajetória (i.e. subordinar o particular a exemplar de um conceito enquanto busca de sua generalidade ou, alternativamente, focar a multiplicidade de conceitos por que um particular é constituído visando sua especificidade) é a única maneira de evitarmos uma série de equívocos recorrentes.

Isto significa que quando nos utilizamos de grandes indicadores (estatísticos, macro-históricos) ou, sem que haja contradição, da reconstrução biográfica aprofundada de trajetórias populares, mobilizamos uma alternância de escala ou multiplicamos os ângulos de abordagem (‘macro’, impessoalizada ou objetivada; ‘micro’, pessoalizada e subjetivada) como forma de produção de conhecimento naquilo que Rosental classifica de “abordagem multiscópica”. (Revel, 1998, p. 152) Mencionando os exemplos da arquitetura e da geomorfologia, Lepetit lembra à respeito desta mesma perspectiva que, se de uma parte é a “multiplicidade de pertinências” que “legitima” a adoção de escalas distintas, para além de sua não-contraditória mas complementar coexistência de tal modo que “o jogo de escalas permite dominar a imagem global e coerente do projeto”, de outra, afirma que “*a questão não é a de saber como articular as formas parciais de explicação, mas como fornecer uma explicação total da forma parcial considerada.*” (1993, p. 131; 133, grifos nossos) Com efeito, não fora outro o sentido propositivo deste artigo ao decompormos aquelas “tradicionalis variáveis” em *novos pontos*

focais; ao havê-lo feito, estávamos simplesmente adotando o recurso à variação nas escalas de análise à fim de postular que as condutas socioeconômicas populares (especialmente as relativas ao mercado de trabalho, à gestão econômica e ao investimento em ativos de qualificação), e na verdade de quaisquer segmentos sociais, não são satisfatoriamente compreensíveis senão através do *entrecruzamento* daquilo que possuem de geral e particular, em como individualizam uma mesma condição.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Fátima. Escolhas familiares, estratificação educacional e desempenho escolar: quais as relações? *Dados*, Rio de Janeiro, v.53, n.2, p.447-468, 2010.

ALVES, Maria T.G. *et al.* Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. *Dados*, v.56, n.3, p.571-603, 2013.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. [1890]

BERGER, Peter. Excurso: alternância e biografia (ou: como adquirir um passado pré-fabricado). In: *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

BERNSTEIN, Basil. A sociolinguistic approach to socialization; with some reference to educability. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (Eds.) *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1972.

BESSIN, Marc; BIDART, Claire; GROSSETTI, Michel. (Orgs.) *Bifurcations : les sciences sociales face aux ruptures et à l'événement*. Paris : Éditions la Découverte, 2010.

BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa? *RBCS*, v.10, n.27, ano 10, p. 5-17, fev. 1995.

Cadernos do Sociófilo

_____. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES Ricardo (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Éditions du Seuil, 2000a. [1972]

_____. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

_____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Éditions du Seuil, 2000b.

_____; SAYAD, Abdelmalek. *Le Déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

CARDOSO, Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. *DADOS*, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.569-616, 2008.

DA SILVA, Vagner Gonçalves. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p. 150-175, set./nov. 2005.

DARMON, Muriel. *La socialisation*. Paris: Armand Colin, 2006.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DUBET, François. *Le travail des sociétés*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

_____. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

_____ ; MARTUCCELI. A socialização e a formação escolar. *Lua Nova*, n.40/41, p. 241-266, 1997.

ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris: Arthème Fayard, 1991.

GERTH, Hans; MILLS, Charles Wright. *Caráter e estrutura social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GOLDTHORPE, John; MARSHALL, Gordon. The promising future of class analysis: a response to recent critiques. In : MARSHALL, Gordon (Ed.). *Repositioning class : social inequality in industrial societies*. Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi, 1997.

GOLEJAC, Vincent de. *La névrose de classe*. Paris: Hommes et groupes éditeurs, 1987.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v.78, n.6, p. 1360-1380, 1973.

_____. The strength of weak ties revisited. *Sociological Theory*, v.1, p. 201-233, 1983.

GRIBAUDI, Maurizio; BLUM, Alain. Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social. *Annales ESC.*, n.6, 45e année, p.1.365-402, 1990.

HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson do Valle. (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HOGGART, Richard. *La culture du pauvre*. Paris: les éditions de minuit, 1970. [1957]

IBGE. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, n. 27, 2010.

IPEA. PNAD 2009 - Primeiras análises: situação da educação brasileira - avanços e problemas. *Comunicados do IPEA*, n.66, nov. 2010.

Cadernos do Sociofilo

JACQUET, C. Urbanização e emprego doméstico. *RBCS*, v.18, n.52, p. 163-184, 2003.

LAHIRE, Bernard. *Dans le plus singuliers du social: individus, institutions, socialisations*. Paris: La Découverte, 2013.

_____. *Franz Kafka. Eléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte, 2010.

_____(Org.). *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. 2 ed. Rev. e aum. Paris: La Découverte, 2001.

_____. *O homem plural*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

_____. *Sucesso escolar nos meios populares*. São Paulo: Editora Ática, 2008.

LECLERC-OLIVE, Michèle. Entre mémoire et expérience: le passé qui insiste. *Projet*, n.273, Paris, p. 96-104, mar. 2003.

_____. Temporalidades de la experiencia: las biografias y sus acontecimientos. *Revista de ciencias sociales de la Universidad Iberoamericana de México*, n.8, ano IV, p. 1-39, jul./dic. 2009.

LEPETIT, Bernard. Architecture, géographie, histoire: usages de l'échelle. *Genèses*, n.13, p. 118-138, 1993.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales ESC.*, n.6, p. 1325-1336, nov./déc. 1989.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, p. 121-137, 2004.

MARTUCCELLI, Danilo ; SINGLY, François de. *Les sociologies de l'individu*. Paris: Armand Colin, 2009.

MAUGER, Gérard. Socialisation familiale, socialisation scolaire et sociabilité juvénile des jeunes des classes populaires. CONFÉRENCE INTRODUCTIVE AU COLLOQUE "CONSTRUCTION ET DÉCONSTRUCTION DU COLLÈGE: LES ENJEUX DE L'ÉCOLE MOYENNE", 26 octobre 2005, Université Paris VIII. (*Paper* não paginado.)

MILANOVIC, Branko. *Global income inequality: what it is and why it matters*. World Bank Policy Research, Washington, Working Paper n.3865, mar. 2006.

MILLS, Charles Wright. *A Nova Classe Média*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1969.

PARSONS, Talcott. *The Social System*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979. [1951a]

_____. *The Structure of Social Action*. Glencoe: Free Press, 1937.

_____ et all. *Toward a general theory of action: theoretical foundations for the social sciences*. Transaction Publishers, New Brunswick/New Jersey, 2008. [1951b]

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. *Revue française de sociologie*, n.31, ano 1, p.3-22, 1990.

_____; REVEL, J. *Penser par cas*. Éditions de l'EHESS, Ênquete, Paris: 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Religião como solvente: uma aula. *Novos Estudos*, n.75, p. 111-127, jul. 2006.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUADROS, Waldir. Perfil social do desemprego recente. *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP n. 156, fev. 2009.

_____; MAIA, Alexandre G. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, v.14, n.3, p.443-468, set./dez. 2010.

REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIBEIRO, Carlos A.C. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007.

RICOEUR, Paul. Narrative time. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 7, n.1, p. 169-190, autumn. 1980.

Cadernos do Sociofilo

SANTOS, José, A. F. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. *L'être et le néant: essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard, 1943.

SCHWARTZ, O. *Le monde privé des ouvriers*. Paris: PUF, 1990.

_____. Vivons-nous encore dans une société de classes ? Trois remarques sur la société française contemporaine. *La vie des idées*, p. 1-7, sept. 2009.

SCOTT, John. Social class and stratification in late modernity. *Acta sociologica*, v.45, p. 23-35, 2002.

SOARES, José Francisco; COLLARES, Ana C. M. Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro. *DADOS*, Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.615-650, 2006.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. v.1.

WEIL, Simone. *La condition ouvrière*. Paris: Éditions Gallimard, 1951.